
Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa*

Paulo Duarte**

Introdução

Embora o *soft power* seja retratado em diversas dimensões, as teorias de Relações Internacionais nos permitem identificar três categorias gerais de poder: econômica, militar, e ideológica e cultural. Todas três são, sem dúvida, importantes, mas a última é muitas vezes negligenciada por alguns políticos. Na verdade, esse é um erro sério, ao menos para aqueles que, como Joseph Nye, veem o *soft power*

* Artigo recebido em 19 de março de 2012 e aprovado para publicação em 8 de janeiro de 2013. Traduzido por Gabriela Romero. E-mail: gabriela.c.romero@gmail.com.

** Pesquisador e doutorando de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSIP da Universidade Técnica de Lisboa). E-mail: duartebrardo@gmail.com.

como uma fonte considerável de poder. Discreto, mas efetivo; pacífico, mas revolucionário, o “*soft power*” não deve ser negligenciado por uma potência como a China. Embora Beijing afirme que não busca hegemonia oficialmente, não pode esconder o desejo de se tornar uma superpotência neste novo século.

Olhar o conjunto de teorias de Relações Internacionais nos permite identificar três categorias de poder. Ao poder econômico (do qual a União Europeia é um exemplo) e ao poder militar (em que os Estados Unidos está na dianteira), podemos unir o poder ideológico e cultural. Neste artigo, veremos que a China claramente entende a importância do *soft power* e tenta colocá-lo à disposição de sua estratégia para a Ásia e o restante do mundo. Uma autêntica operação de “charme” está no processo de renovar e restaurar a imagem da China no mundo, como vamos explicar.

Vamos começar definindo a noção de *soft power*, distinguindo-o, para esse propósito, dos conceitos de *hard power* e *smart power*. Em uma primeira fase, vamos recorrer primordialmente à teoria, para destacar as principais características do *soft power*. A segunda fase, essencialmente prática, será baseada em um estudo de caso: a análise do comportamento da China em termos do *soft power*. Pretendemos assim fornecer à teoria uma aplicabilidade, ambas sendo partes que não são mutuamente excludentes, mas que, pelo contrário, interagem harmoniosamente. Como a “ofensiva de charme” chinesa se manifesta no Sudeste Asiático? Como o *soft power* chinês se comporta dentro do enquadramento da estratégia marítima da China? Quais são os pontos fortes e os pontos fracos do *soft power* chinês? Como a China se comporta ao lidar com o tema dos Estados-párias? Esses e outros temas serão tratados neste artigo.

Por enquanto, faremos uma breve introdução do conceito de *soft power*, relacionando-o aos conceitos de *hard power* e *smart power*.

Conceituando o poder. *Soft*, *Hard* e *Smart*: três formas de poder

Soft power é um termo desenvolvido por Joseph Nye, que significa “a capacidade de um Estado de conseguir o que ele quer pela atratividade da sua cultura, suas ideias, sua política doméstica e diplomacia” (TREMBLAY, 2007). Porém, é preciso ser muito cuidadoso para não confundir *soft power* com influência. De acordo com Nye (2004, p. 6), “*soft power* é mais do que apenas persuasão ou a capacidade de encorajar pessoas pela arte do raciocínio: é também a capacidade de atrair, a atração frequentemente leva a uma certa submissão; concluindo, *soft power* é um poder de atração”.

Um Estado é poderoso não apenas em decorrência do seu poder militar, mas também da sua capacidade de influenciar a decisão de outro Estado. De fato, um país encontrará bem menos resistência para legitimar seu poder sobre outros atores se sua ideologia e cultura forem bem recebidas por eles. Assim, a abordagem do *soft power* é baseada em uma solução pacífica, indireta, sutil e mais ou menos discreta, dentro do escopo do apelo de ideias; na capacidade de persuadir ao invés de vencer, em termos de cultura e de ideologia.

Como enfatizado por J. Nye, *hard* e *soft power* são inter-relacionados porque ambos são ferramentas que um ator pode usar para alcançar seus objetivos, afetando o comportamento dos outros. Porém, esses dois conceitos diferem na natureza do comportamento e na tangibilidade dos recursos. De acordo com Nye (2004, p. 7), “O ‘*command power*’, a capacidade de mudar o que os outros fazem, é baseado na coerção ou na indução”, enquanto o “‘*co-optive power*’, a capacidade de moldar o que os outros querem, é baseado na atratividade da sua cultura e seus valores ou na capacidade de manipular a agenda de escolhas políticas para derrotar as preferências dos outros”. Dito isto, deve-se notar que, se os recursos do *soft power* estão mais relaciona-

dos ao que o autor chama de “o fim de cooptação do espectro de comportamento”, os recursos do *hard power*, em contraste, são normalmente associados com *command behavior*. Entretanto, Nye (2004, p. 7) chama atenção para o fato de que, às vezes, essa relação pode não ser perfeita. De fato, também é possível que alguns países sejam seduzidos pelo “mito da invencibilidade” (Stalin e Hitler tentaram desenvolver tal mito), através do *command power* dos outros Estados, enquanto, em contrapartida, o *command power* pode algumas vezes ser usado “para estabelecer instituições que são posteriormente vistas como legítimas”. Portanto, algumas vezes é possível encontrar *soft* em *hard*. Em outras palavras, algumas vezes o *hard power* tem um lado de atração, considerando que a “ofensiva de charme não se limita apenas ao poder civil, mas também se manifesta, em termos práticos, no nível militar” (STRUYE, 2010, p. 13).

Uma última palavra sobre a relação entre *soft* e *hard power*. Hoje, além da modernização da tecnologia, as mudanças que se deram nas principais democracias aumentaram os custos do uso do poder militar. Como enfatizado por J. Nye, democracias pós-industriais dão mais importância ao *bem-estar* do que à *glória*. Isso não significa, entretanto, que essas democracias não se envolvam em conflitos (a Guerra do Golfo de 1991 ou a Guerra do Iraque de 2003 ilustram esse fato). Mas, de acordo com Nye, “se a guerra ainda é factível, é muito menos ‘aceitável’ hoje do que era há um século, ou mesmo há meio século” (STRUYE, 2010, p. 19). Como resultado, o *hard power* torna-se cada vez mais obsoleto e, portanto, “o poder não está mais limitado ao *hard power*, também inclui o *soft power*, ambos estando em última instância a serviço do *smart power*” (STRUYE, 2010, p. 15).

Um termo recente, o conceito de *smart power*, (que data de 2004), foi cunhado por Suzanne Nossel e foi retomado novamente pela secretária de Estado Hillary Clinton. Como Jacques Charmelot (2009, p. 1) afirmou, “*smart power* é uma nova doutrina de ação dos Estados Unidos no mundo, anunciada pela administração do presidente Barack

Obama”. Esclarecendo a essência do novo conceito, Hillary Clinton explica que, para lidar com um mundo onde crises estão proliferando, deve-se usar o “poder da inteligência”. Sendo o último formado por um conjunto de ferramentas diplomáticas, econômicas, militares, políticas, legais e culturais, “nós devemos (de acordo com Hillary Clinton) escolher a ferramenta certa ou a combinação de ferramentas que melhor se encaixam em cada situação” (CHARMELOT, 2009, p. 1). A secretária de Estado norte-americana ecoa assim as ideias de Suzanne Nossel, a “mãe” do *smart power*, para quem os interesses norte-americanos são mais bem servidos recorrendo a alianças, a instituições internacionais, diplomacia cautelosa e ao poder dos valores.¹ Como também foi notado por Nye, “*smart power* é uma combinação mais segura, unindo a força de armas e de princípios” (CHARMELOT, 2009, p. 3).

Em conclusão, qual conexão pode ser estabelecida entre os conceitos de *hard*, *soft* e *smart power*, que nós apresentamos, e o caso chinês? Como a China não tem (ainda) todas as ferramentas necessárias para sua afirmação completa na cena internacional, ela deve, enquanto isso, optar por uma estratégia de *soft balancing*. Na verdade, como seu *hard power* não permite à China contestar o poder do *hegemon*,² Beijing é obrigado, então, a usar métodos mais *soft* e menos suscetíveis a causar um “choque frontal”, extremamente danoso para um poder emergente. De acordo com Daniel Flesmes (2007, p. 14), *soft balancing* “não desafia diretamente a hegemonia militar dos Estados Unidos, mas usa ferramentas não militares para retardar, frustrar e enfraquecer as políticas unilaterais da superpotência”. Tais instrumentos incluem, segundo Flesmes (2007, p. 14), “estratégias institucionais, tal como o estabelecimento de pequenas coalizões diplomáticas, especialmente no nível das Nações Unidas, para ‘enfraquecer’ o poder norte-americano”, mas também consistem em “fortalecer laços econômicos entre as potências médias através de colaborações setoriais”. Se Daniel Flesmes (2007, p. 14) acredita que a última estra-

tégia é alcançável, a longo prazo, “às custas da força econômica de Washington”, a China não está sob pressão. Isso leva tempo. Orientais e Ocidentais têm, de fato, diferentes percepções de tempo. Se os primeiros são frequentemente nervosos, “correndo” contra o tempo, a cultura oriental, entretanto, é uma cultura que valoriza o ser ao invés do ter e é baseada em uma paciência ancestral: o tempo não é perdido porque ele sempre retorna.

As características do *soft power* chinês

De acordo com Li Mingjiang (2008, p. 2), o “*soft power* não parece mais ser um conceito estranho para os líderes chineses”, considerando que ele na verdade conquistou um lugar proeminente no discurso oficial que a China tem na política externa. Beijing vê o *soft power* como uma ferramenta que pode ajudar a mitigar, a longo prazo, a teoria da “ameaça da China”, bastante difundida não apenas regionalmente, como também globalmente.

Como afirmado por Tremblay (2007), o “uso que a China faz do seu *soft power* busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes e convencer a comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros”.

Por outro lado, as autoridades chinesas deram-se conta de que investir em uma “estratégia de influência” pode provar ser uma opção efetiva, especialmente no momento em que os Estados Unidos parecem estar perdendo seu *soft power*. A esse respeito, a Guerra do Iraque de 2003 (contra o conselho dos Aliados e sem a aprovação do Conselho de Segurança), assim como outros temas controversos da luta contra o terrorismo (o caso de Abou Ghraib, por exemplo), abalou fortemente o *soft power* norte-americano (NYE, 1992).

Estratégia marítima chinesa

O discurso oficial chinês, extrovertido, pragmático, de um poder que está se desenvolvendo de um modo “pacífico” e “harmonioso”, procura “abrir a China para o mundo e, em particular, o mundo para a China” (ZAJEC, 2008, p. 2). Não é, portanto, surpreendente que o *soft power* chinês também siga o caminho para o mar. É por isso que decidimos lançar luz em alguns temas específicos relacionados à mudança de estratégia da China com respeito ao mar, já que eles ajudam a entender as diversas esferas englobadas no *soft power* da China.

O ano de 2007 testemunhou uma nova “diplomacia naval”. Na verdade, navios chineses fizeram visitas oficiais a portos cingapurenses, australianos, japoneses, russos, norte-americanos, franceses e espanhóis, e também participaram de manobras internacionais na luta contra a pirataria marítima (MEDEIROS, 2007). A questão que uma iniciativa tão sem precedentes levanta, em um primeiro relance, é: o que a China espera do mar?

Certamente, o Mar do Sul da China é rico em hidrocarbonetos e variedades de peixes, mas não são apenas tais recursos que Beijing busca. De fato, a China parece estar igualmente preocupada em (re)definir o escopo de suas Zonas Econômicas Especiais e com sua reivindicação por Taiwan. Além disso, o Império do Meio também busca garantir o acesso de sua frota ao mar aberto, incluindo o corredor marítimo do Sudeste Asiático, para além da península da Indochina (BUSZYNSKI, 2012). Obviamente, não se deve esquecer a necessidade de proteger as linhas marítimas de fornecimento de energia que são absolutamente vitais para uma China que é atualmente o segundo maior país importador de petróleo no mundo (ZAJEC, 2008). Se isso preocupa alguns países na esfera regional e global, alguns autores como Rizzi (2009, p. 17), porém, não veem nisso nada incomum, especialmente porque “o que os chineses estão fazendo já foi feito pelos Estados Unidos de 1946”.

Arquipélagos e passagens cruciais

Além da reivindicação por Taiwan, a ambição de Beijing busca controlar uma série de ilhas e ilhotas, peças fundamentais no tabuleiro de xadrez de sua estratégia marítima. O caso de Taiwan, como veremos a seguir, é inquestionável, já que Beijing está determinado a reaver sua soberania sobre o território, mesmo que isso signifique usar seu poder militar. Certamente, a China empenha-se para cada vez mais modernizar sua marinha, através da redução do hiato de tecnologia entre ela e as frotas mais desenvolvidas. Apesar disso, por outro lado, como Olivier Zajec (2008, p. 10) salienta, “a marinha norte-americana está preocupada com o monitoramento psicológico da evolução inevitável que deve levar a um retorno pacífico de Taiwan à mãe-pátria”.

Entretanto, não se trata apenas de Taiwan. Com o Japão, por exemplo, a China tem disputas em torno das ilhas Diaoyutai, que também servem de abrigo para uma base militar norte-americana (FRANCO, 2007). Com Vietnã, Taiwan, Filipinas, Brunei, Malásia e Indonésia, existem disputas sobre os arquipélagos Pratas (Dongsha), Paracel (Xisha) e Spratly (Nansha) (WOOD, 2012). Esses são extremamente importantes para a China, não apenas por causa da existência de recursos de gás, petróleo e pesqueiros (que é frequentemente a justificativa oficial de Beijing para a marinha chinesa atravessar essa região), mas também em decorrência de sua localização estratégica. Além de controlar as linhas marítimas ligando o Extremo Oriente a outros lugares do planeta, esses territórios também são “uma boa localização para alojar radares de orientação técnica e para monitorar navios que cruzam o Mar da China” (FRANCO, 2007, p. 12).

Porém, a estratégia marítima chinesa não está limitada ao Oceano Pacífico. Como a China teme “um embargo norte-americano de petróleo no caso de um conflito sobre o retorno de Taiwan à mãe-pátria”,

ela se voltou para “a formação de pontos de suporte terrestre responsáveis por proteger suas rotas de fornecimento” (RANADE, 2009, p. 6). Isso é uma verdadeira linha costeira artificial, formada por “pontos de suporte militar e diplomático ao longo das principais rotas de navios” (de Myanmar ao Estreito de Hormuz), o que permite à China “controlar e monitorar o Oceano Índico” (FRANCO, 2007, p. 8). É, portanto, graças ao fato de que Beijing não tem nenhum recurso técnico ou financeiro para assegurar uma patrulha permanente longe das bases chinesas que a China tem que negociar tal projeto com os Estados que fronteira o Oceano Índico. Tal projeto, sendo conhecido como “Colar de Pérolas”, deve não apenas ajudar a aumentar o *soft power* chinês em tempos de paz, mas também “prevenir a pirataria em tempos de guerra” (CHEN, 2011, p. 2). Contando com bases em “Marao (Maldivas); nas ilhas Coco (Myanmar); Chittagong (Bangladesh) e Gwadar (Paquistão)”, não deve ser descartado que, além da estratégia do “Colar de Pérolas”, Beijing também decida “mandar tropas para a costa africana, que tem mostrado ser cada vez mais receptiva aos investimentos chineses” (ZAJEC, 2008, p. 13).

Se Nova Délhi e Washington olham com apreensão as “facilidades” que Bangladesh ou, por exemplo, o Paquistão deram à estratégia da China, é no entanto em Myanmar que isso é visto como ameaça para os interesses indianos e norte-americanos. Além do fato de que provêm da Grande Ilha de Coco (Myanmar) “todo o tráfico do Estreito de Cingapura, atividades marítimas indianas, incluindo a área de teste de mísseis de Chandipore, que pode ser monitorada (pelos chineses)”, não se deve subestimar, entretanto, outro tema (XIAOQUIN, 2009, p. 14). Isso é, de fato, uma “verdadeira revolução” porque a China teria, de agora em diante, “acesso direto ao Oceano Índico”, que consiste em “uma conexão com estrada e trilho, unida com 1200 km de dutos ligando a costa de Myanmar à província chinesa de Yunnan” (XIAOQUIN, 2009, p. 15). Certamente, apesar de ser visto com cuidado, ou mesmo com preocupação por outros países, o acesso à

Baía de Bengala é considerado, entretanto, essencial para a China. Os chineses estão tentando, na verdade, diversificar seu acesso aos recursos energéticos, já que temem que, em caso de conflito, uma interrupção no fornecimento de energia possa ocorrer no Estreito de Malaca.³ Além do projeto dos dutos entre Sittwe e Kunming, a estratégia da China também enfatiza o desenvolvimento de uma rede ferroviária que conecte os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) entre si. Finalmente, Beijing “apoia a produção de gás liquefeito fora da costa no Sudeste Asiático, especialmente em Myanmar e na Tailândia”, assim como a construção de “um canal através do istmo de Kra” (ZAJEC, 2008, p. 9). Essa última ideia, que é de fato muito antiga (“os primeiros projetos remontam ao século XVI”), busca criar um “Canal do Panamá asiático (48 km)”, em um momento em que o “congestionamento e a insegurança no Estreito de Malaca provam ser um tema muito sensível” (WOOD, 2012, p. 11).

A nova doutrina chinesa

Como forma de contrapor o atraso tecnológico da sua marinha em relação às de países como Japão ou Estados Unidos, a China está gradualmente substituindo as velhas unidades costeiras por navios mais modernos. Como Jean-Marie Holtzinger (2008, p. 2) aponta, “a marinha do Exército de Libertação do Povo (PLA) parece ser um instrumento militar para Beijing que lhe permite cumprir suas ambições regionais e, ao mesmo tempo, colocar a China entre as grandes potências navais na região”. Como parte de uma abordagem regional, a estratégia de Beijing busca, no entanto, tornar a China “uma potência naval no leste asiático” (HOLTZINGER, 2008, p. 3). Além disso, o quinto Livro Branco de defesa nacional da China publicado no final de 2006 destaca a prioridade de modernizar a marinha do PLA. Tendo isso em mente, o presidente Hu Jintao afirmou, no final de 2006,

que “a marinha chinesa deve ser fortalecida e modernizada [...] para melhor servir a mãe-pátria e o povo” (COURMONT, 2007, p. 18).

O que estamos testemunhando hoje é uma mudança física (no sentido de uma crescente modernização dos meios militares), acompanhada por uma evolução no pensamento estratégico (HONG; JIANG, 2010). Ambas estão, entretanto, em interação. Com a China se tornando militarmente mais forte, ela vai correr mais “riscos” porque sabe que pode contar com seus recursos para fazer isso. Ela poderia assim gradualmente se afastar de sua costa e/ou dar suporte a operações militares em mar aberto. Inspirados pelos ensinamentos de Sun Zi, os chineses “só partem para a batalha quando estão seguros de que irão vencê-la” (DE MONTBRIAL, 2000, p. 130). Porém, eventos atuais retratam uma China que está se tornando mais pragmática, mais segura e confiante de si mesma. Além disso, a estratégia militar chinesa mudou “seu pensamento operacional de submarinos de ataque”, porque, se antes “eles patrulhavam perto da costa para prevenir uma invasão”, agora “eles estão espalhados em águas mais distantes para proteger a soberania e os interesses marítimos da nação” (HONG; JIANG, 2010, p. 151). Essa China mais forte tem – como Rússia, Índia, Irã, Estados Unidos, Japão e a União Europeia – também tirado vantagem ao enviar seus barcos de patrulha para as águas infestadas pela pirataria marítima no Oceano Índico. Mas, como foi apontado por Tanguy Struye (2010, p. 8),

[...] essa presença esconde, entretanto, outro tema que vai além da luta contra a pirataria: a dominação de canais de comunicação, porque, através dessa dispersão, pode-se notar que há uma luta tácita entre as grandes potências para controlar as rotas de navios que vão do Estreito de Bab el Mandeb⁴ para o Estreito de Malaca, artérias do comércio mundial.

Todavia, para o caso específico da China, nós já explicamos acima como Beijing – dando-se conta de que tinha falta de pontos de supor-

te – expressou sua ambição de construir uma linha costeira artificial (o famoso “Colar de Pérolas”) na região. Tudo isso obviamente comprova o desejo da China de projetar poder, considerando que não é um país diretamente presente no Oceano Índico. A pirataria marítima é, nesse contexto, um argumento útil para Beijing se posicionar mais facilmente em uma região que é esfera de influência natural da Índia (COLE, 2010).

O *soft power* chinês no Sudeste Asiático

No relatório apresentado pelo Serviço de Pesquisa do Congresso, em 4 de janeiro de 2008, pode-se ler: “o uso crescente que a China faz do seu *soft power* no Sudeste Asiático – incentivos não militares que combinam diplomacia com cultura, ajuda estrangeira, comércio e investimentos – traz novos desafios para a política externa norte-americana” (LUM et al., 2007). De fato, a estratégia chinesa de “charme” envolve cooperação, uma diplomacia e um papel mais ativo dentro do quadro de organizações regionais ou no nível dos múltiplos fóruns multilaterais de cooperação com parceiros asiáticos. Por exemplo, “desde 2000, a China tem sido um jogador-chave em diversas iniciativas diplomáticas: a Organização de Cooperação de Shanghai (Ásia Central), ASEAN + 1 e ASEAN + 3 (Sudeste Asiático), o Encontro China-África e China-América Latina, entre outros” (TREMBLAY, 2007, p. 3).

Porém, a operação chinesa de “charme” também cobre outras iniciativas notáveis. Nós apontamos, por exemplo, o esforço que a China fez para tratar, dentro de uma perspectiva multilateral, as disputas territoriais que a opõem a diversos países do Sudeste Asiático, no Mar do Sul da China. Também é preciso mencionar o mérito que Beijing conquistou por ter impulsionado, em 2003, a “famosa conversa das seis partes” sobre o programa nuclear norte-coreano (TREMBLAY, 2007, p. 3). Como resultado, a China aumentou seu prestígio na re-

gião, emergindo como uma principal fornecedora de ajuda e, por outro lado, como mercado para os produtos do Sudeste Asiático, e ainda fortaleceu sua relação com Estados da região (LUM et al., 2007). Uma pesquisa conduzida em 2007 ilustra a efetividade do *soft power* chinês. Na verdade, esse estudo mostra que “apenas 29% dos indonésios e 27% dos malásios pesquisados expressavam uma impressão favorável aos Estados Unidos, enquanto 83% dos malásios e 65% dos indonésios perguntados tinham uma opinião favorável acerca da China” (LUM et al., 2007). Outra pesquisa revelou, por outro lado, que mais de 70% dos tailandeses acreditam que a China é a influência externa mais importante no seu país. De fato, de acordo com Kurlantzick (2007, p. 1), “o modo com que a China é percebida no Sudeste Asiático mudou significativamente desde 1997 [...]; a China é vista atualmente no Sudeste Asiático como um poder regional potencialmente dominante”.

Outras votações, pesquisas e estudos, nos quais se pode ver uma clara “simpatia” pelo Império do Meio, levaram Nye a declarar que, “embora o *soft power* chinês esteja longe de se equiparar ao potencial do *soft power* norte-americano, seria tolo ignorar o progresso que foi alcançado pelo primeiro” (LUM et al., 2007). Para Nye, “é, portanto, hora de os Estados Unidos darem mais atenção para o equilíbrio de *soft power* na Ásia” (apud LUM et al., 2007).

Forças e fraquezas do *soft power* chinês

De acordo com Tremblay (2007), “o alto e sustentável crescimento da China, além da influência econômica que representa para o país, também faz do modelo de desenvolvimento chinês um exemplo a ser seguido por muitos líderes ao redor do mundo”. A esse respeito, Beijing estimula diplomatas e políticos para virem e experimentarem, no campo, o jeito como as instituições chinesas funcionam, em um claro esforço para exportar o modelo chinês para outros países. Isso pare-

ce, portanto, legitimizar que nos perguntemos o que é tão especial nesse modelo que faz com que a China seja tão comprometida com a sua divulgação. O sucesso do “charme” chinês está, entre outros fatores, em uma rota alternativa para o “Consenso de Washington”. Se o último mantém que o desenvolvimento econômico é resultado da combinação de liberalização econômica, política e financeira e do respeito aos direitos humanos, o “Consenso de Beijing” foca-se principalmente na “inovação e crescimento através de uma economia dirigida pelo mercado, sem insistir na necessidade de adotar um regime democrático” (TREMBLAY, 2007, p. 4).

Nós encontramos, assim, que o modelo advogado pelos oficiais chineses parece ser bem-vindo em muitos países que começaram seu processo de desenvolvimento. Pregando uma filosofia de “win-win”, contrária à filosofia de Washington, que a China acusa de “não respeitar a soberania e de ser punitiva contra os países do Sudeste Asiático”, a política da China orgulha-se de ser uma política de não interferência (KURLANTZICK, 2007, p. 2). Como Joseph Nye (2005) diz,

[...] na Ásia, África e América Latina, o “Consenso de Beijing” (relacionado à coexistência de um modelo autoritário com uma economia de mercado) se tornou mais popular do que o antes dominante “Consenso de Washington” (que diz respeito à coexistência de uma economia de mercado com um governo democrático).

O fato de que Beijing se comprometeu, em 2006, a criar um fundo de desenvolvimento para a África e a perdoar o débito africano de 1,4 bilhão de dólares atesta o vigor do *soft power* chinês, assim como a importância atribuída à sua parceria com a África. Nesse contexto, a significância que o Plano de Ação de Beijing (2007-2009) tem para ambos os lados (China e África) é inegável, já que destaca os métodos, assim como os níveis de consulta e de cooperação (econômica, legal, organizações regionais e sub-regionais, educação, desenvolvi-

mento de infraestrutura, relação entre pessoas, saúde etc.) (ALDEN, 2007). Outros exemplos de *soft power* na África estão presentes, em particular, por via dos Institutos Confúcius existentes na África, assim como através de cursos de mandarim, cada vez mais organizados por universidades africanas através de bolsas de estudos oferecidas como prêmio aos estudantes africanos para eles continuarem seus estudos na China. Além disso, “mais de 130 mil chineses estão atualmente vivendo na África, principalmente em Zimbábue, Nigéria, Angola e República da Guiné”, e também vale mencionar que “ligações aéreas diretas estão estabelecidas entre Angola e a República Popular da China, assim como entre o Zimbábue e a China” (NIQUET, 2006, p. 1).

No intuito de fortalecer seu *soft power*, a China estabeleceu casas de comércio para facilitar os negócios e aumentar os contatos na Ásia Central. A Rádio Internacional da China também está prestando maior atenção à região, agora transmitindo 24 horas por dia. Transmissões para o Cazaquistão, em especial, aumentaram em tamanho e qualidade nos últimos anos, com programas direcionados a ganhar os corações e mentes da população cazaque (STRUYE, 2010). Enquanto o crescimento do poder e da influência da China pode causar medo e apreensão no Ocidente, países em desenvolvimento têm uma visão bastante mais positiva da República Popular, e os países centro-asiáticos não são exceções a essa tendência. No nível político, houve numerosos intercâmbios parlamentares entre a China e os Estados centro-asiáticos. Representantes da filial de Xinjiang do Partido Comunista Chinês viajam frequentemente à Ásia Central, e delegações chinesas visitaram os Parlamentos da Ásia Central para aprender sobre as suas práticas procedimentais (USCC, 2008). É difícil avaliar o impacto disso no *soft power* da China na região, mas parece evidente que o apoio implacável dos governos centro-asiáticos a Beijing criou um grau maior de confiança política do que qualquer outra medida. Apesar de tudo, o intercâmbio comercial, o aumento do contato de

pessoa a pessoa e laços históricos serviram para reforçar a sinergia natural que existe na região, mesmo que a crescente influência da China tenha causado algum mal-estar lá (STRUYE, 2010).

E o *soft power* e a presença da China na América Latina? Embora os investimentos chineses esperados tenham inicialmente demorado para se concretizar, graças à crescente familiaridade da China em fazer negócios na América Latina e sua enorme reserva financeira (incluindo um excedente em moeda estrangeira que alcançou US\$ 2,5 trilhões em meados de 2010), a República Popular da China (RPC) começou a emprestar, ou investir, dezenas de bilhões de dólares na região, incluindo ofertas altas, tais como: US\$ 28 bilhões em empréstimos para a Venezuela; acordo de US\$ 16,3 bilhões para desenvolver o bloco de petróleo Junin-4 no cinturão de petróleo Orinoco da Venezuela; US\$ 10 bilhões para a Argentina modernizar seu sistema ferroviário; US\$ 3,1 bilhões para comprar a companhia de petróleo argentina Bidas; entre outros (BATSON, 2010). Para as elites tradicionais latino-americanas, o modelo chinês é particularmente atrativo porque sugere que é possível alcançar prosperidade e crescimento sem renunciar a poder político. Além da oportunidade de comércio, a crença da América Latina na ascensão da China e sua implicação transformadora globalmente chamam a atenção do povo e dos líderes da região para a RPC e moldam seu curso de ação. O presidente costarriquenho Oscar Arias, por exemplo, estabeleceu relações diplomáticas regulares com a RPC como uma parte necessária de garantir a relevância de seu país como um ator internacional. No nível popular, a ascensão da China é o mais provável por trás de um interesse expandido na língua chinesa na região. A dedicação de cinco anos ou mais por estudantes para ganhar a capacidade básica na língua mandarim e seu conjunto de caracteres, por exemplo, é indiscutivelmente guiada pelo seu cálculo de que a habilidade de comunicar-se em chinês será fundamental para a busca por oportunidades na RPC e com executivos chineses e oficiais de governo no futuro (ELLIS, 2009).

No que diz respeito à América Latina, é praticamente impossível encontrar hoje na região líderes que coloquem em causa o crescimento da China, ao contrário do que acontecia há cinco anos. Por outro lado, deve-se notar que as elites culturais e os homens de negócio chineses atualmente recebem no Sudeste Asiático o mesmo tipo de tratamento que era reservado às elites americanas no passado. A China ajustou sua diplomacia. Mais do que isso, o país foi admitido na Organização Mundial do Comércio e contribuiu – enviando milhares de tropas – às operações de paz das Nações Unidas. E, se uma década atrás a economia chinesa e as políticas de segurança eram com frequência criticadas pela mídia no Sudeste Asiático, hoje essa situação se tornou mais rara (KURLANTZICK, 2007).

Outro aspecto que não deve ser negligenciado quando se fala do sucesso da “ofensiva de charme” chinesa tem a ver com o fato de que o número de estudantes registrados na China triplicou de 36 mil (na década passada) para 110 mil recentemente. Por outro lado, o número de turistas cresceu consideravelmente (cerca de 17 milhões por ano) (NYE, 2005). Além disso, até o final de 2010, a China estabeleceu 322 Institutos Confúcius pelo mundo para ensinar sua língua e sua cultura e, “no momento em que a Voz da América reduziu suas emissões em chinês (de 19 para 14 horas diárias), A Rádio Internacional da China se prepara para aumentar suas emissões em inglês para até 24 horas por dia” (NYE, 2008). Parece, por outro lado, como Tremblay (2007) observa, que “a cultura e criatividade tradicional chinesa está vendo uma renascença e uma propagação”, depois de ter sido por um longo tempo “censurada pelo Partido”. Além da cozinha, acupuntura ou, por exemplo, a tradicional medicina do Império do Meio, os asiáticos também se sentem fascinados pela moda, arte contemporânea e pela televisão chinesa. A esse respeito, como alguns observadores notaram, “se hoje jovens ocidentais vestem roupas chinesas e brincam com brinquedos chineses, não é de surpreender que seus filhos e netos vão um dia preferir ouvir música pop chinesa e ver filmes produzidos na China” (TREMBLAY, 2007, p. 6).

Toda essa hegemonia de influência da China no nível regional primeiro, e assim gradativamente, numa escala global, pode ter menos efeitos positivos. De fato, até certo ponto, o “*soft power* chinês pode se mostrar desastroso para o Sudeste Asiático”, particularmente no que diz respeito a “democratização, iniciativas de anticorrupção e boa governança” (KURLANTZICK, 2007, p. 5). A China, na verdade, já começou a exportar “suas fracas políticas em termos de trabalho e de meio ambiente” (KURLANTZICK, 2007, p. 5). Assim, por exemplo, no norte de Myanmar, as companhias chinesas (ligadas ao governo chinês) contribuem para o aumento do desmatamento. Adicione-se a isso o fato de que Beijing não parece estar (muito) preocupado (ao contrário de outros países do Sudeste Asiático) com o impacto negativo de barragens na parte alta do rio Mekong, tendo se recusado a participar do comitê que monitora o rio. Outro efeito adverso do “charme” chinês surge toda vez que se fala, por exemplo, de temas que são hostis aos olhos de Beijing. O caso do Tibet é ilustrativo nesse sentido.

Alguns especialistas acreditam que um dos limites do *soft power* chinês é que “sua capacidade de sedução está restrita pela natureza do Estado comunista”; por exemplo, “o comunismo não tem uma visão coerente do mundo para oferecer” porque continua “prisioneiro de uma visão do século XIX sobre soberania de Estado e dos temas de não interferência” (PAN, 2006). Embora a ofensiva de charme não pare de crescer, a China permanece sendo uma sociedade autoritária que prende dissidentes. Na verdade, como Bruce Gilley observa, “em geral, a influência da China ainda continua ligada à segurança” e, por outro lado, é respeitada porque pode “colocar uma ameaça militar, econômica e política para muitos países” (PAN, 2006). Esse fato traz uma aplicação prática. De fato, de acordo com Tremblay (2007), “muitos elementos das ideias e políticas chinesas afetam a imagem da China: seu papel suspeito na divulgação de tecnologia nuclear, as ameaças diretas a Taiwan, o tratamento de minorias nas regiões oci-

dentais do país e seu recorde altamente negativo em termos de direitos humanos”.

Ao contrário da expectativa mundial em relação à promessa de oficiais chineses de permissão de livre acesso à Internet, assim como qualquer outra manifestação pacífica, isso não é o que os jornalistas puderam ver durante os Jogos Olímpicos em Beijing. Por outro lado, como Joseph Nye (2008) observa, “os chineses podem ter sido muito bem-sucedidos em ganhar medalhas de ouro, mas os Jogos Olímpicos não destronaram os Estados Unidos em termos de *soft power*”. Não só a China não tem uma indústria cultural como Hollywood, como também suas universidades ainda estão longe de serem capazes de competir com as universidades dos Estados Unidos e, por outro lado, faltam à China diversas organizações não governamentais. Estas contribuem amplamente para o sucesso do *soft power* americano. Deixe-nos acrescentar a esse fator outras “deficiências”, dessa vez de natureza política. Na verdade, o Império do Meio sofre com um alto nível de corrupção, profunda desigualdade, falta de democracia e abusos aos direitos humanos. Não esquecendo, é claro, do tema de Taiwan, que se choca com o progresso feito pela China em termos de diplomacia de charme e sedução, especialmente em relação aos seus vizinhos do Sudeste Asiático (NYE, 2005).

A China e os Estados-pária: Uma nova diplomacia?

Embora os Estados Unidos e a China nunca tenham lidado coletivamente com temas sensíveis ou mesmo com ameaças colocadas por Estados-párias, a situação está mudando. A China parece ser um bom interlocutor, expressando apoio extremamente útil quando se trata de negociar com esses chamados países “difíceis”. Um ponto que conta a favor do Império do Meio é, na prática, a boa relação que Beijing mantém com Estados como Sudão,⁵ Irã ou Coreia do Norte. Tal relacionamento resulta de uma ação de charme, diplomacia e negócio,

que faz da China um parceiro diferente, com o qual esses países (amplamente marginalizados pela comunidade internacional) podem contar. Em troca, Beijing parece saber como tirar vantagem da “relativa falta de competição entre as companhias ocidentais, preocupadas com a sua reputação ou simplesmente com dificuldade no nível operacional” (USCC, 2008).

O fato de a China ser frequentemente acusada de apoiar déspotas, regimes que cometem práticas hediondas, tais como genocídio ou a violação sistemática dos direitos humanos (ainda que o Império do Meio não represente, ele mesmo, um bom exemplo), certamente pesou no desejo dos líderes chineses em esperar para discutir o assunto. Eles veem a si mesmos, por outro lado, enfrentando imperativos econômicos (o que nenhum poder em desenvolvimento pode certamente ignorar), mas sofrem, por outro lado, pressão do Ocidente. É, portanto, prestígio e credibilidade que a China quer conquistar dos países ocidentais, o que influencia em contrapartida os investimentos que esses Estados fazem no Império do Meio. A esse respeito, a China não pode ter tudo. A China sabe que tem importante peso diplomático, não apenas como membro permanente do Conselho de Segurança, mas também em nível regional, em que a ofensiva de charme da China parece ter um impacto significativo. Beijing está assim consciente de que, se o mundo tem seus olhos fixos em seu comportamento, um movimento imprudente por parte da China pode afetar sua ascensão como uma potência global. É, portanto, essencial que a diplomacia chinesa se esforce para encontrar o difícil equilíbrio entre a ambição de Beijing, a reivindicação dos Estados-párias e a pressão do Ocidente.

De toda forma, temos que reconhecer que os eventos dos anos recentes trouxeram uma experiência substancial para a China no campo diplomático, levando até oficiais chineses a, certas vezes, situações desconfortáveis. Em relação a Coreia do Norte, Sudão ou Myanmar, por exemplo, Beijing estava pronto para adotar uma posição que teria in-

dubitavelmente preferido não tomar. Porém, o resultado foi um grande aumento na autoconfiança diplomática chinesa (USCC, 2008).

Como mencionado anteriormente, os últimos anos testemunharam o fortalecimento da “nova diplomacia chinesa” no que concerne aos Estados-párias. Após o teste nuclear empreendido pela Coreia do Norte em 2006, o Império do Meio provou ser, como os Estados Unidos, exemplar na defesa de sanções contra Pyongyang (USCC, 2008). Além disso, se em 2005 a China apoiava politicamente qualquer líder autoritário que percebia ter seu poder em perigo, ou se Beijing chegou a ameaçar vetar a resolução da ONU que dizia respeito ao Sudão, a situação iria mudar em seguida. De fato, há três anos, em 2008, a estratégia chinesa parecia ter diferentes contornos. É suficiente mencionar, por exemplo, que a China era a favor de sanções mais pesadas contra o Irã e que apoiou, por outro lado, o envio de forças da ONU e da União Africana para Darfur (USCC, 2008).

Atualmente, a nova estratégia diplomática de Beijing parece se tornar mais sofisticada com o objetivo de melhor proteger os cidadãos e os interesses chineses no exterior. Isso significa que os líderes chineses não estão considerando expressar mais um “apoio incondicional a regimes impopulares”, especialmente já que o Ocidente parece ter “grandes expectativas sobre o papel global da China” (USCC, 2008). Mas essa nova estratégia também significa que a atitude chinesa de não interferência em assuntos internos está prestes a mudar. De fato, “a China é a favor, embora em circunstâncias limitadas, de considerar repressão interna e atrocidades como áreas legítimas para intervenção internacional” (USCC, 2008).

Um caminho frequentemente difícil

Embora tenha havido progressos, o resultado da “nova estratégia chinesa” contra os Estados-párias permanece, por enquanto, atenuado. De fato, imperativos econômicos parecem ser mais importantes para

os oficiais chineses. Isso não nos impede, entretanto, de afirmar que a China tira vantagem considerável da sua boa relação com alguns Estados-párias, ao encorajá-los a fazer concessões em campos em que eles sentem algum desconforto.

Outro ponto importante diz respeito à natureza da mudança em questão. Apesar da determinação que a política chinesa tem mostrado em relação aos Estados-párias, seria um erro chamá-la de uma “nova doutrina” de política externa. Tampouco é uma mudança de valores, já que, como foi mencionado, os aspectos econômicos ainda prevalecem sobre os demais aspectos e, além disso, “a China não partilha (ainda) a visão de Washington sobre direitos humanos e democracia” (USCC, 2008). Longe de ser tranquilo, o debate sobre a melhor estratégia a ser adotada é confrontado por um lado com as intenções da “velha guarda” entre os oficiais de governo chineses e, em segundo lugar, com a ideia dos partidários de uma China “mais responsável” em relação ao seu papel mundo afora. Mas, em vez de promover a “nova estratégia” da China, a existência de ideias opostas atualmente torna difícil qualquer tentativa de mudança de política.

No lado da linha dura, os planos consistem principalmente em apoiar os Estados-párias para contrabalançar o poder dos Estados Unidos, o que implica que a China não deve impor sanções ou exercer pressão em países como o Irã e o Sudão. Porém, essa linha de pensamento (que é a favor, por exemplo, dos interesses de um lobby chinês pró-armas e pró-energia) não é frequentemente compatível com o desenvolvimento de cooperação entre a China e o Ocidente no que concerne ao tema dos Estados-párias (USCC, 2008). De fato, se o Império do Meio parece ser mais sensível hoje ao tema da proliferação nuclear, essa sensibilidade permanece, no entanto, mitigada no que diz respeito à venda de armas chinesas a países problemáticos. Na verdade, países como “Myanmar, Irã, Coreia do Norte, Sudão e Zimbábue continuam a receber variados tipos de armas e tecnologias, originadas de atores econômicos e militares chineses” (USCC, 2008). E,

embora os Estados Unidos tenham no passado punido certas companhias chinesas que davam suporte tecnológico ao programa de mísseis iraniano, a falta de transparência na China não ajuda de forma nenhuma a saber até que ponto o governo chinês está ou não envolvido na transferência de tecnologia para Estados-párias. Essa não é uma questão menor, já que permite que se compreenda se o Mundo Ocidental pode de fato acreditar em Beijing e em sua nova política “mais responsável” em relação aos Estados “problemáticos”. Ou, pelo contrário, deve o Ocidente temer a possibilidade de a China estabelecer relações com mais Estados ditatoriais e instáveis? Essa resposta não é óbvia, especialmente já que, apesar de todos os obstáculos, muitos veem o Império do Meio como um parceiro indispensável para a resolução do tema dos Estados-párias (SUTTER, 2003).

Se os chineses já mostraram grande habilidade para resolver situações complexas, isso não significa, entretanto, que a China tenha a intenção de ajudar a estabelecer um regime democrático em Myanmar ou que Beijing deseja parar de comprar petróleo do Irã. Porém, uma conclusão prudente seria que “a política externa chinesa progrediu significativamente” e que, “mais do que debater se mudanças foram feitas ou não, o objetivo deve ser, em primeiro lugar, buscar obter a máxima vantagem dos desenvolvimentos já alcançados” (USCC, 2008).

Conclusão

Como vimos, o conceito de *soft power* parece não ser mais um elemento “estranho” no discurso político e intelectual da China. Diferentemente do passado, a China de hoje está mais preocupada com a imagem que passa para o mundo. Não é surpreendente, portanto, que seu comportamento em relação aos Estados-párias, por exemplo, seja atualmente matéria de reflexão por parte dos líderes políticos chineses. Como um poder em ascensão, a China pode usar esse extraordinário instrumento que é, em essência, o *soft power*, mesmo que seja muito mais sutil e discreto do que o *hard power*.

Americanos, mas também japoneses, russos e indianos, entre outros, assistem com apreensão à modernização do armamento da China, especialmente da sua marinha. O que Beijing espera do mar? A China parece ter entendido o que os Estados Unidos e outras potências marítimas já sabem há muito tempo: o comércio exige uma marinha mercante e uma marinha de guerra para protegê-lo, assim como pontos de apoio (abastecimento e reparo) ao longo das rotas marítimas. Igualmente, Beijing internalizou que uma potência que não entende a importância dos oceanos é uma potência sem futuro.

Apesar do progresso alcançado em termos de *soft power*, ainda existem diversos obstáculos e algumas concepções erradas a serem superados. Isto é, a China pode, se assim quiser, melhorar ainda mais sua estratégia de charme. Mas isso significa que ela está pronta para apoiar, por exemplo, o estabelecimento da democracia em regimes complexos e autoritários tais como Irã e Coreia do Norte? A estratégia política chinesa vai negligenciar as suposições inerentes ao Consenso de Beijing? A resposta para esse tema não parece ser clara, nem se espera que seja em um futuro próximo. Por outro lado, é preciso, é claro, ter em mente que, apesar do progresso alcançado pela estratégia de “charme” chinesa, ela sempre será confrontada pelos limites e paradigmas do regime comunista chinês, que possui uma visão muito particular do mundo. Por fim, não se deve esquecer que os julgamentos de “bom ou mal” e “certo ou errado” são sempre subjetivos, pois dependem de quem os faz e de quem os julga, assim como de normas e valores culturais, políticos, sociais e históricos.

Notas

1. Ver Nossel (2004).
2. Do grego *hegemon*, que significa “líder”. Apesar da fragmentação e da incerteza do equilíbrio de poder no sistema internacional contemporâneo, consi-

dera-se, no contexto deste artigo, que os Estados Unidos continuam, para todos os propósitos, a exercer sua hegemonia (liderança) no mundo.

3. O Estreito de Malaca é um ponto de passagem vital. De fato, mais de 60 mil navios cruzam o estreito todos os anos, o que significa que 25% do petróleo e 2/3 do gás passam por essa artéria. Como alternativa para o Estreito de Malaca, existe o Estreito de Sunda (cuja ausência de profundidade não permite a passagem de navios grandes) e o Estreito de Lombok (que, embora facilmente navegável, aumenta a viagem em três ou quatro dias). Se houver uma obstrução de tal estreito, as embarcações precisarão então passar ao longo da costa da Austrália, que tem a desvantagem de aumentar a jornada em quinze dias.

4. O Estreito separa a Península Arábica da África e conecta o Mar Vermelho ao Golfo de Aden, no Oceano Índico. Representa não apenas uma localização importante e estratégica, mas também uma das rotas marítimas mais movimentadas do mundo.

5. De acordo com Erika Downs, “a China está enfrentado um dilema agudo porque Beijing precisa melhorar sua reputação internacional pressionando Cartum a encontrar uma solução para Darfur, sem contribuir demais com a estabilidade no país, o que facilitaria o retorno de companhias ocidentais, e com isso enfraqueceria a posição das companhias chinesas” (apud STRUYE, 2009, p. 24).

Referências Bibliográficas

ALDEN, Christopher. **China in Africa**. Londres: Zed Books, 2007.

BATSON, Andrew. An Unusual Rebuttal from China’s Forex Regulator. **The Wall Street Journal**, p. 3-9, 27 mai. 2010.

BUSZYNSKI, Leszek. Chinese Naval Strategy, the United States, ASEAN and the South China Sea. **Security Challenges**, v. 8, n. 2, p. 19-32, 2012.

CHARMELOT, Jacques. Le “smart power” américain, un défi pour l’Europe. **Question d’Europe**, Fondation Robert Schuman, n. 127, p. 1-26, 2009.

CHEN, Dean. Sea Power and the Chinese State: China’s Maritime Ambitions. **Background**, n. 2.576, p. 1-27, 2011.

COLE, Bernard. **The Great Wall at Sea: China's Navy in the Twenty-first Century**. Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2010.

COURMONT, Barthélémy. **Le nouveau Livre blanc sur la défense de la Chine**. Paris: Institut de Relations Internationales et Stratégiques, 2007. Disponível em: <<http://www.iris-france.org/docs/pdf/regardtaiwan/2007-01-05.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

DE MONTBRIAL, Thierry. **Dictionnaire de stratégie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

ELLIS, Evan. **China and Latin America: The Whats and Wherefores**. Boulder: Lynne Rienner, 2009.

FLEMES, Daniel. Emerging Middle Powers' Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum. **GIGA Working Paper**, German Institute of Global and Area Studies (GIGA), n. 57, p. 4-22, 2007.

FRANCO, Élodie. La Chine renfloue sa marine pour asseoir ses ambitions régionales. Paris: Ministère de la Defense, 2007. Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/defense/ada/la_chine_renfloue_sa_marine_pour_asseoir_ses_ambitions_regionales>. Acesso em: 15 nov. 2012.

HOLTZINGER, Jean-Marie. Escalade des tensions entre la Chine et les Etats-Unis en mer de Chine méridionale. **Géostratégie**, 2008. Disponível em: <<http://www.geostrategie.com/962/escalade-des-tensions-entre-la-chine-et-les-etats-unis-en-mer-de-chine-meridionale>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

HONG, Nong; JIANG, Wenran. China's Strategic Presence in the Southeast Asian Region. In: FORBES, Andrew (Ed.). **Maritime Capacity Building in the Asia Pacific Region, Papers in Australian Maritime Affairs**. Canberra: Commonwealth of Australia, n. 30, 2010. p. 141-157.

KURLANTZICK, Joshua. China's Charm: Implications of Chinese Soft Power. **Policy Brief**, Carnegie Endowment for International Peace, n. 47, p. 1-8, 2007.

LUM, Thomas; MORRISON, Wayne M.; VAUGHN, Bruce. China's "Soft Power" in Southeast Asia. **CRS Report for Congress, Foreign Affairs, Defense and Trade Division**, 2007. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34310.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa

MEDEIROS, Roberto. Reflexões sobre as ambições marítimas da China na actualidade. **Geoatlas**, 2007. Disponível em: <http://www.sagres.org.br/biblioteca/ambicoes_china_01.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MINGJIANG, Li. Soft Power in Chinese Discourse: Popularity and Prospect. **Working Paper**, v. 1, n. 165, p. 9-37, 2008.

NIQUET, Valérie. La stratégie africaine de la Chine. **Politique Étrangère**, 2006. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/0805_LasstrategieafricainedelaChinedeValerieNiquet.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

NOSSSEL, Suzanne. Smart Power. **Foreign Affairs**, n. 2, mar./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/59716/suzanne-nossel/smart-power>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

NYE, Joseph. **Le leadership américain**: quand les règles du jeu changent. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992.

———. **Soft Power** – the means to success in World Politics. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

———. The Rise of China's Soft Power. **Wall Street Journal Asia**, 2005. Disponível em: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1499/rise_of_chinas_soft_power.html>. Acesso em: 22 nov. 2011.

———. The Olympics and Chinese Soft Power. **The Huffington Post**, 2008. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/the-olympics-and-chinese_b_120909.html>. Acesso em: 23 nov. 2011.

PAN, Esther. China's Soft Power Initiative. **Council on Foreign Relations**, 18 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.cfr.org/publication/10715/>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

RANADE, Jayadeva. The Implications of China's Navy Modernisation. **Air Power Journal**, v. 4, n. 4, p. 1-16, 2009.

RIZZI, Andrea. China e Índia disputam o Índico. **El País**, 2009. Disponível em: <<http://www.noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/03/19/ult581u3114.jhtm>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

STRUYE, Tanguy. Offensive chinoise en Afrique. **Notes d'analyse de la Chaire Inbev Baillet – Latour**, Université Catholique de Louvain, n. 3, abr. 2009.

——. **La Chine et le “Soft power”**: une manière de défendre l’intérêt national de manière “douce”? Louvain: Université Catholique de Louvain, 2010.

SUTTER, Robert. Why Does China Matter? **The Washington Quarterly**, v. 27, n. 1, p. 75-89.

TREMBLAY, Mathieu. L’émergence du soft power chinois. **Plateforme Québécoise de Journalisme Citoyen**, 2007. Disponível em: <<http://www.centpapiers.com/lemergence-du-soft-power-chinois/799/>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

USCC – UNITED STATES-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. **Andrew Small, German Marshall Fund of the United States**. Testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission. China’s Expanding Global Influence: Foreign Policy Goals, Practices and Tools. 18 mar. 2008. Disponível em: <http://www.uscc.gov/hearings/2008hearings/written_testimonies/08_03_18_wrts/08_03_18_small_statement.php>. Acesso em: 26 nov. 2011.

WOOD, Michael. Chinese Maritime Power – Is the Increase In China’s Maritime Power Internally Consistent with China’s National Interests and Foreign Policy, or Cause for Concern? **Seaford House Paper**, Royal College of Defence Studies, p. 1-19, 2012.

XIAOQUIN, Shi. An Analysis of China’s Concept of Sea Power. **Asia Paper**, Institute for Security and Development Policy, p. 1-23, dez. 2009.

ZAJEC, Olivier. A China quer os mares, geopolítica. **Le Monde Diplomatique**, 2008. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2008-09,a2602>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

Resumo

Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa

O presente artigo analisa outra vertente (por vezes ignorada ou subestimada) do conceito de poder, o *soft power*, relacionando-o com o caso concreto de uma potência em ascensão: a China. Inicia-se por definir a noção de *soft power*, distinguindo-a, para este efeito, dos conceitos de *hard power* e de

Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa

smart power. Se, numa primeira fase se recorrerá, sobretudo, à teoria para destacarmos as principais características do *soft power*, a segunda etapa, essencialmente prática, baseia-se em um estudo de caso: investiga o comportamento da China em matéria de *soft power*. Desta forma, pretende-se conferir à teoria uma aplicabilidade, sendo ambas duas peças que não se excluem, antes interagem harmoniosamente. Como se concretiza a “ofensiva de charme” chinesa no Sudeste Asiático? Que pontos fortes e pontos fracos tem o *soft power* chinês? Como se comporta a China perante a questão dos Estados-pária? Como se comporta o *soft power* chinês no que diz respeito à estratégia marítima da China? Estas e outras questões serão abordadas pelo presente artigo. Na prática, procura-se demonstrar que, ao contrário do passado, o *soft power* já não é um elemento “estranho” no discurso oficial chinês. Na verdade, a China de hoje parece estar mais preocupada com a imagem que o mundo tem dela.

Palavras-chave: Soft Power – China – Consenso de Pequim – Consenso de Washington

Abstract

Soft China: The Changing Nature of China's Charm Strategy

This article examines another aspect (sometimes ignored or underestimated) of the concept of power – soft power – relating it to the case of a rising power: China. It begins by defining the notion of soft power, distinguishing it, for this purpose, from the concepts of hard power and smart power. In a first phase, the text brings to bear theory in order to highlight the main features of soft power. The second – essentially practical – phase is based on a case study: the analysis of China's behavior in terms of soft power. The text thus provides the notion of soft power with practical applicability, these two elements being shown to be not mutually exclusive, but rather able to interact harmoniously. How does the Chinese “charm offensive” manifest itself in Southeast Asia? What are the strengths and weaknesses of Chinese soft power? How does China behave when dealing with the issue of rogue states? How does the Chinese soft power behave in the framework of China's maritime strategy? These and other issues are addressed in this article. In practice, it will be demonstrated that, unlike in the past, soft power is no longer a “strange” element in Chinese official discourse. In fact, the China of today seems to be more concerned with the image it has in the world.

Keywords: Soft Power – China – Beijing Consensus – Washington Consensus